

ALGUMAS DIMENSÕES ÉTICAS NAS RELAÇÕES DO COTIDIANO ESCOLAR

Heitor Romero Marques

“Entre homem e homem não há relação mais alta que esta: o discípulo é a ocasião para que o mestre se compreenda a si mesmo, o mestre a ocasião para que o discípulo se compreenda a si mesmo. Em sua morte, o mestre não deixa atrás de si nenhuma reivindicação sobre a alma do discípulo; tampouco o discípulo poderia ter a pretensão de que o mestre lhe devesse algo”¹.

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Apesar da inexistência de um código de ética aplicado ao magistério, pode-se dizer que há uma ética mais ou menos universalizada a respeito das relações interpessoais entre professores e alunos e a comunidade, quaisquer que sejam as escolas e os

¹ KIERKEGAARD, Soren. *Migalhas filosóficas ou um bocadinho de filosofia de João Clímacus*. Trad. Ernano Reichmann e Álvaro Valls. Petrópolis-RJ : Vozes, 1995. p. 45.

níveis de ensino de que se fale. Essas relações, grosso modo, são, no caso específico, sintetizadas e padronizadas em nível de Regimento Escolar sob as formas de **Direitos, Deveres e Proibições** aplicáveis distintamente aos corpos docente e discente. A análise de tais preceitos regimentais permite ver que a moralidade a eles subjacente reflete maior preocupação com os aspectos jurídicos e administrativos do que com os educativos propriamente ditos. Essa primazia dá ênfase às normas proibitivas e ao estabelecimento dos deveres, ou seja, a concepção ético-moral que embasa e fundamenta o Regimento Escolar secundariza as questões dos direitos em si. Em outros termos, na concepção regimental, os **direitos são consequências naturais do cumprimento dos deveres**. Reduzindo-se essa concepção à sua essência vê-se que os aspectos ético-morais propostos para regularem não apenas as relações entre os professores e os alunos, mas todo o funcionamento escolar, refletem a existência **de brutal distanciamento entre a escola que se oferece, a que se tem e a que se quer**. Há neste fato, aparentemente paradoxal, uma lógica que pode ser descoberta na medida em que se considerarem o meio próprio (*ethos*) em que a escola está inserida e as normas do macrosistema educacional, a serem obrigatoriamente observadas enquanto expressão cultural institucionalizada, embora nem sempre coincidente com os valores cultivados na comunidade.

Se, de um lado, a escola procura fazer preponderar a realidade plural da sua comunidade de inserção, de outro lhe são impostos paradigmas nem sempre representativos de suas aspirações. Daí o distanciamento entre o discurso oficial do sistema de ensino, a fala articulada na sociedade, a realidade do cotidiano escolar e as perspectivas do alunado e da comunidade. Se de um lado “*Na ordem da natureza, o Estado se coloca antes da família e antes de cada indivíduo, pois que o todo deve, forçosamente, ser colocado antes da parte*” (ARISTÓTELES), o macrosistema educacional deve deixar-se reformular pelas aspirações escolares e comunitárias, admitindo-se que o homem cria a norma e a ela se submete para viver em sociedade. Por isso, se até então os aspectos ético-morais

do funcionamento escolar e das relações entre professores e alunos são fundados sobre valores que nem sempre lhes dizem respeito, até privilegiando mais as normas jurídicas e administrativas, é porque a sociedade como tal não acredita e não confia plenamente no processo educativo emergente nas escolas, embora paradoxalmente espere que sua ação seja eficaz para o processo de resolução de seus problemas. Entretanto, esta postura de aporia, não é unilateral. A escola, ao seu modo e por razões diversas também se fecha às inovações e termina por se aprisionar justamente na malha dos valores que contesta. Pior, perde com isso forças motrizes indispensáveis para revolucionar o processo educacional, através da adoção de também nova ética capaz de estabelecer uma nova ordem moral para a sociedade, da qual é parte integrante. Disso resulta um processo ético-moral reacionário, pelo qual se preservam formas alienantes de educação escolar, alheias aos interesses e necessidades notadamente da própria comunidade carente.

2. A DIMENSÃO ÉTICA DA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Feitas as considerações preliminares acima, e a título de contextualização, é possível abordar algumas questões das relações interpessoais entre o professor e o aluno, especialmente em situação de ensino e aprendizagem, tendo em vista a necessidade de se delimitar a discussão à realidade na qual se mediatizam professor e aluno, revelando-se um ao outro na medida em que interagem no contexto social e que constroem nas suas próprias realidades de inserção. É certo, entretanto, que essa interação se dá na medida em que o professor naturalmente acrescenta a suas atividades técnicas, científicas, administrativas e pedagógicas uma dimensão ética, nunca dissociada de um modo próprio de agir. Para PAVIANI (1991 : 109):

“...o professor, enquanto educador e profissional técnico enfrenta duas vezes a questão ética: uma em relação ao ato humano de professor, de ensinar e orientar o aluno; outra em relação ao exercício de atividade técnica, permanente e remunerada. Na primeira, trata-se de uma relação com o fato ético fundamental. Na segunda com as normas éticas específicas do exercício profissional”.

Destarte, como a profissão é altamente determinante da ação e esta uma implicação da intencionalidade eminentemente ética, diz-se que o educador em relação ao aluno agirá sempre em função dos valores que cultiva, em virtude não apenas de seus interesses e necessidades particulares mas da determinação advinda dos múltiplos interesses e necessidades da sociedade sempre plural.

Para PAVIANI (1991 : 109), “*vivemos numa situação em que, tanto no plano do discurso como no plano da realidade, a ética está em crise*”, ou seja, os valores experimentam na atualidade uma profunda crise, correspondendo à ruptura da própria ética universal, igualmente se encontram em crise as relações interpessoais entre o professor e o aluno. Essa crise, acompanhando as demais tendências da atualidade, implica e acarreta em enormes dificuldades em se determinar qualquer padrão de comportamento, inclusive no que concerne à relação entre o professor e o aluno. Essa tendência torna-se tão mais expressiva quanto mais se diversificam e multiplicam as necessidades e interesses da sociedade. Esse fenômeno implica obviamente em que a cada instante o professor e o aluno estejam fazendo escolhas, dada a certa razão ética individual que ordinariamente se contrapõe a uma razão ética social e universal.

Essa crise ética, particularizada na relação interpessoal entre o professor e o aluno, tende ao agravamento na proporção e medida em que ambos se fundamentam em concepções distintas sobre o homem e, por conseguinte, sobre a humanidade. Em contrapartida, tende ao ajustamento quando a crise se manifesta fundamentada em níveis diferenciados de conhecimentos técnicos e científicos,

ou seja, a crise será menor quando a relação professor-aluno estiver sendo apreciada na dimensão profissional propriamente dita. Isso também quer dizer que a crise ética tende a acentuar-se na relação interpessoal entre o professor e o aluno, quando se toma o professor enquanto educador, pois nessa condição tem a difícil função de conduzir e influenciar tomadas de decisão e muito especialmente a tarefa de interferir com palavras, exemplos e ações, no modo de viver do aluno. Essa tarefa toma-se particularmente traumática quando o educador se vê na obrigação de estabelecer uma axiologia dos valores em um contexto social em mudança ou quando o seu modo de vida não condiz com a “*praxiologia*” que é levado a ajudar a construir por força do contexto social. Em outras palavras, não raras vezes, o educador, porque è chamado a manter o seu status de autoridade e poder perante o aluno termina erigindo uma axiologia da qual não é exemplo e nem está convencido. Esta questão tem sido a razão freqüente de muitos desencontros nas relações interpessoais entre o professor e o aluno, no cotidiano escolar. Esses desencontros se dão porque na condição de educador e de profissional está investido de autoridade, como alguém que conhece os fins e propõe os meios para que, dentro da mobilidade da ação humana, os objetivos educacionais sejam alcançados e com isso se possam obter determinados padrões de comportamento.

Além do que já se disse acima, sobre as dificuldades de se estabelecerem padrões de comportamento em virtude da razão universal vigente, muitas vezes o professor, nas dimensões descritas, torna-se oportunidade e ocasião de atitudes indesejáveis por parte do aluno. É por exemplo o caso do professor que deseja obter silêncio e domínio de classe mediante gritos e ameaças de toda ordem, ou daquele que exige pontualidade e presteza mas está sempre atrasado para com suas obrigações administrativas e didático-pedagógicas. Particularmente interessante é a postura de elevado contingente de professores que apregoa as vantagens e necessidades de se estudar sempre, mas recusa-se a quaisquer possibilidades de atualização

profissional e se fecha cabal e hermeticamente para toda inovação didático-pedagógica.

3. ÉTICA E PROFISSÃO

No entendimento de PAVIANI (1991 : 107),

“não restam dúvidas de que a profissão de um homem marca profundamente sua existência, especialmente quando ele se integra no trabalho com toda uma inteligência e afetividade. O homem não pode agir como um autômato, sem intenções e sem interesses. A autenticidade ou inautenticidade de suas atitudes e de seu discurso tem uma íntima relação com o exercício profissional. Não é possível libertar-se dessa condição humana. (...) mesmo na omissão, o homem continua escolhendo. Mesmo os que agem por simples hábito, mecanicamente - sem assumir as exigências da consciência profissional - optam por uma atitude alienada e eticamente dúbia.”

Assim, é importante separar o ser humano da sua profissão, entendida como modo público de professar uma função na sociedade contextualizada, haja vista as mudanças de paradigmas éticos e morais, com rupturas e emersão de ideologias.

Dito isso, é preciso que se interrogue da possibilidade de se buscar ainda hoje o projeto de sociedade fundamentado no protótipo do homem moral e virtuoso ao estilo de Aristóteles ou se encaminhe pelas veredas do relativismo moral e ético, cujo seio comporta toda ordem de subjetividades. Talvez a possibilidade de conciliação desse paradoxo venha do próprio Aristóteles ao defender que “o fim é o primeiro na ordem da intenção e o último na ordem da execução”, permitindo pois, ordenar o ato humano seguindo a reta consciência e os fins a serem atingidos.

As afirmações acima remetem a questão à moralidade, que segundo TOBIAS (1986 : 26) “*é a propriedade dos atos humanos pela qual uns são bons e honestos e outros, maus e desonestos*”.

Entretanto, é preciso distinguir entre moralidade individual e moralidade coletiva do ato humano. A moralidade objetiva ou material, está baseada na conformidade do ato com a razão humana universal e a moralidade subjetiva ou formal, está baseada na conformidade do ato humano com a consciência individual.

Em um ou outro caso, a moralidade do ato humano necessita do assentimento da vontade livre do ser da ação, o que, por extensão, implica intrinsecamente em responsabilidade, mérito e demérito, sanção, virtude e vício.

Por outro lado, o ser humano é livre para agir, mas em grau de subjetividade está sujeito à dimensão objetiva da sociedade da qual faz parte, resultando no fato de que extrinsecamente está vinculado a um fim último do gênero humano e submetido às leis que orientam tal fim, resultando concretamente, nos deveres e direitos.

As considerações acima permitem dizer com CATÃO (1995 : 84) que:

“Fala-se aqui do sujeito concreto. (...) O sujeito que se autodetermina eticamente é um ser, uma criatura, situada no tempo e no espaço, no seio de uma comunidade, com determinadas características culturais e em constante evolução.

O ser recebido, como criatura, no seio de um grupo humano particular, é um dado anterior ao agir propriamente humano, livre, isto é, à autodeterminação do sujeito, pela qual ele assume o que é, em vista do que é chamado a ser e se autoposiciona na comunidade em que recebeu a vida em função de transmitir essa mesma vida às gerações seguintes”.

Por outro lado, a contextualização acima sugerida se dá no âmbito do confronto entre o relativismo absoluto da ética e o dogmatismo de uma moral racional e preceitual. Aliás, isso facilita a cooptação e a manipulação das pessoas tidas como simples ou que simplesmente estão alienadas em relação aos processos ideológicos, burocráticos, gestionários, administrativos e políticos.

4. ÉTICA E GESTÃO ESCOLAR

Não constitui novidade as lutas dos educadores e educadoras, professores e professoras a favor da democratização da educação, enquanto direito subjetivo, portanto, tácito, da pessoa humana e por conseguinte do cidadão.

Essas lutas assumiram fisionomias as mais diferenciadas, indo desde as reivindicações para implantação dos Conselhos de Classes participativos, até a eleição direta para diretores, passando pela instituição do Colegiado Escolar, revitalização das Associações de Pais e Mestres, além é claro de outras questões não menos importantes, como plano de carreira, salário, etc.

Entretanto, e não obstante os avanços conseguidos rumo à melhoria da educação de uma forma geral e particularmente no sentido da democratização, notam-se alguns desvios graves, em termos éticos, no que concerne às relações da gestão participativa. Nesse sentido, não têm sido raros os casos em que a composição das chapas concorrentes às eleições para o Colegiado Escolar e Associação de Pais e Mestres é feita ora por insistência da direção, uma vez que não há tradição de participação comunitária, ora como meio e forma de manutenção do poder da cúpula diretiva em nível de escola.

Por outro lado, quer porque realmente há duplicidade de

funções e papéis entre Colegiado Escolar e Associação de Pais e Mestres, quer porque há uma velada disputa de espaços entre alguns membros dessas instituições, o fato é que na maioria das vezes deixam muito a desejar, em termos daquilo que poderiam estar fazendo pelos educandos. Mas isso não é tudo, as questões acima, acrescidas das circunstâncias em que se encontram as escolas têm feito com que, mantidas as exceções e proporções, os Conselhos de Classe, Colegiado Escolar e Associação de Pais e Mestres se transformem com frequência em “Tribunais de Inquirição” ou sirvam tão somente para referendar e legitimar ações, notadamente as de natureza econômica e disciplinar. Em outros termos, se prestem à manipulação, porque não assumem os papéis que lhe são devidos e de direito.

BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro : Tecnoprint. s/d.

_____. *Ética a Nicômanos*. 3. ed. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1992.

CATÃO, Francisco. *A pedagogia ética*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

JOLIVET, Régis. *Curso de filosofia*. Trad. Eduardo Prado de Mendonça. 15. ed. Rio de Janeiro : Agir, 1984.

KIERKEGAARD, Soren. *Migalhas filosóficas ou um bocadinho de filosofia de João Clímacus*. Trad. Ernani Reichmann e Álvaro Valls. Petrópolis-RJ : Vozes, 1995.

MARQUES, Heitor Romero. *A escola que se oferece, a que se tem e a que se quer em uma comunidade carente*. Campo Grande-

MS, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica Dom Bosco.

PAVIANI, Jayme. *Problemas de filosofia da educação*. 6. ed. Petrópolis-RJ, 1991.

TOBIAS, José Antônio. *Filosofia da educação*. 4. ed. Presidente Prudente-SP : UNOESTE, 1986.